

GETÚLIO VARGAS: UM DEPOIMENTO PESSOAL

Barbosa Lima Sobrinho

A Fundação Joaquim Nabuco deseja ouvir meu depoimento a respeito de Getúlio Vargas. Não que eu houvesse convivido amplamente com o estadista de São Borja. De temperamento, sou arreadio aos palácios, por motivos diversos, quando ocupados por adversários, ou para não desviá-los dos trabalhos cotidianos, quando entregues a amigos ou a correligionários políticos. O que vale dizer que não cheguei a conviver com Getúlio Vargas. Tivemos, apenas, encontros variados, em número menor do que se possa pensar. O cargo que exerci no seu Governo, a Presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool, não exigia contatos freqüentes e havia, no Gabinete do Presidente, um homem digno e honrado, o Dr. Andrade Queiroz, que me valia de intermediário, sempre que eu sentisse a necessidade de uma consulta ou de um pronunciamento do Chefe de Estado. Encontrei várias vezes Getúlio Vargas em reuniões oficiais, em que não havia oportunidade para entendimentos. A fase de maior aproximação fora, exatamente, a que antecipou a sua escolha para Ministro da Fazenda do Governo de Washington Luís, quando ele desempenhava as funções de líder da bancada de Borges de Medeiros, e me cabia a representação do *Jornal do Brasil* na Câmara dos Deputados, como repórter político, encarregado, justamente, de relatar os trabalhos daquela Casa do Congresso. A discrição de Getúlio Vargas o afastava dos maiores debates, excetuados os que se referiam à política interna do Rio Grande do Sul, em que ele travava duelos memoráveis com os deputados do Partido Libertador, sobretudo com Batista Luzardo, que seria, mais tarde, um de seus mais constantes colaboradores, no decorrer das campanhas políticas que agitaram o Brasil.

Mas se, pelo temperamento, sempre guardamos uma certa distância em nosso relacionamento, não quer dizer que não conhecesse de perto a sua atuação política, mais como jornalista, pois que o meu primeiro mandato político surgiu apenas em 1935. A prova dessa aproximação está no meu livro *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*, que eu considero um trabalho de reportagem, com a única preocupação de ser fiel aos fatos que chegavam ao meu conhecimento. Não creio que Getúlio Vargas tivesse gostado da minha interpretação. Parece-me mesmo que chegava a considerá-la "meio amarga", segundo expressão que ouvi de Agamenon Magalhães. Mas se tivesse que reescrever o livro agora, teria muito pouco que alterar, mais na interpretação do que no entrelaçamento dos episódios. Mesmo na interpretação, seria para esclarecer como Getúlio Vargas agira, desde os primeiros instantes, com a preocupação dominante do êxito político, como um jogador de xadrez que lutasse, quando muito, por um empate, não admitindo jamais a hipótese de um xeque-mate. Daí resultaram algumas restrições, que eu não sei se não deveria classificar como impressões de quem sempre se considerou um mal político, e nunca se arrependeu disso, aceitando de boa mente as conseqüências das atitudes que vinham de outras vertentes, do que de exclusiva preocupação de vitória. Sempre guardei uma certa distância, para não ter que desempenhar cargos de confiança absoluta, pois que defendia a tese de que eles devem significar confiança recíproca, entre chefes e comandados.

Mas o tempo decorrido desde o suicídio de Getúlio Vargas, e o estudo de suas realizações, sobretudo, a comparação de sua atitude com a dos que vieram depois dele, foi minando, pouco a pouco, as minhas antigas divergências. Poderia dizer agora, quase 30 anos depois de sua morte, que sou mais getulista agora do que antes. Mas sem admitir, mesmo agora, a exaltação dos panegíricos, quando a verdade me parece mais expressiva do que o louvor imerecido. Dizer de um feio que é bonito, a sério, não valerá como ironia? Ou será antes sarcasmo, ou vitupério?

Voltaire havia dito, numa de suas cartas, que "on doit des égards aux vivants; on ne doit aux morts que la vérité". Um conselho que valeria por exigir deferência aos vivos e verdade para os mortos, quando a mim me parece o contrário, que devemos a verdade tanto a vivos como aos mortos, e a possível deferência, sem quebra da verdade, mais aos mortos do que aos vivos, que ainda estão em condições de as defenderem.

Embora seja o caso de voltar aos Evangelhos e perguntar, agora como sempre, "quid est veritas?". Que é a verdade que devemos a vivos e a mortos, se não sabemos escapar aos preconceitos e às paixões que nos escravizam? Tanto mais que há que considerar a criatura humana, que é a substância do político, em face de suas tendências pessoais, do ambiente em que se formou a sua mentalidade, dos exemplos que os inspiraram, da filosofia em que se apoiavam seus ideais e os projetos de suas realizações. Imaginemos que somos levados a comparar Getúlio Vargas e Rui Barbosa. Um cultivado no liberalismo de sua época, missionário da liberdade, que inspirava e ditava todos os seus atos, nas funções executivas como nas tribunas em que a sua palavra ardia como as sarças-de-fogo dos profetas bíblicos. E Getúlio Vargas era fruto ainda do castilhismo e das lições de

Augusto Comte, que colocava a felicidade dos povos na dependência das ditaduras esclarecidas. Sua formação política se consolidara defendendo e fortalecendo os mandatos sucessivos de Borges de Medeiros, considerando legítimos desde que não tivessem outro objetivo que a realização do bem comum.

Nem adianta falar muito em caudilhismo, um surrão amplo, em que se misturam manifestações diferentes, não raro opostas e conflitantes. Há caudilhos ferozes e caudilhos mansos; caudilhos vaidosos, à procura de fardas enfeitadas, e caudilhos humildes, odiando tudo que possa significar distintivo, porque a sua força reside justamente na sua identificação com o povo que os serve, e a que dominam, ou que com ele se confundem, tanto nos sentimentos, como nas aspirações comuns. Getúlio Vargas era um homem simples, cordial, mais inclinado para a benevolência do que para a hostilidade e a vingança. Creio que os seus maiores prazeres estavam na aproximação e na colaboração de adversários, que nunca encontravam fechado o acesso à mão estendida, que se oferecia sem restrições. Embora tivesse muitas vezes que transigir com os seus próprios correligionários, que não levariam tão longe a sua tolerância, ou o seu desejo de utilizar a cooperação de um adversário convertido. Acredito, por isso, que as manifestações de violência, os atos de perseguição, mesmo até alguns que poderiam ser entendidos como vingança, viriam dessas origens de quem achasse que não seria conveniente contrariar, de maneira enérgica, a paixão dos que o serviam com exemplar devotamento. Esse seria, decerto, um dos pontos fracos de sua direção governamental, uma espécie de condescendência com os amigos que pensavam, e agiam, de modo diferente.

Como se vê, estou longe de uma apologia, tanto mais quando acredito que erros e acertos acabam sendo uma contingência de todos os governos. É, afinal, a contabilidade por partidas dobradas, o *deve* e o *haver* a que se reduz a vida humana, em qualquer esfera de atividades, no governo dos povos, como nos atos praticados, numa existência sem relevo. A infalibilidade não está no alcance de ninguém. Deve ser atributo da Providência Divina, que nem sempre conseguimos aprovar, quando se trata de atos que nos revoltam, ou que nos esmagam. Há momentos trágicos, e inevitáveis, em que, se quisermos viver, há que afastar a compreensão, e tratar a própria razão como inimiga pérfida, que nos impede de explicar o inexplicável.

Vejamos, então, o que se pode encontrar na coluna de *haver*, na contabilidade do governo de Getúlio Vargas. Ou de um governo que se dividiu em diversas fases, a que vem como decorrência da revolução de trinta, e que terminou com sua eleição, na Assembléia Constituinte de 1934. A que vem em consequência dessa eleição indireta, e terminou em 1937, com o Estado Novo. Depois de 1945, Getúlio Vargas volta ao poder com a eleição de 1950, para um novo período constitucional, como havia sido o de 1934 a 1937. Se considerarmos que a Revolução de 1930 teve apoio popular, podemos dizer que Getúlio governou com três mandatos legítimos, e um governo resultante de um golpe militar, numa fase crítica para todo o mundo, pois que assinala, de 1937 a 1945, o avanço e o predomínio do fascismo. Assim como o momento de sua destruição, com a vitória dos países democráticos, apoiados pela União Soviética, pois que a resistência de Stalingrado funciona como um *divertium aquarum*,

entre as duas fases da Segunda Guerra Mundial, já que aí pararam as investidas de Hitler. Em 1937, Getúlio Vargas se resumiu a tirar partido de um golpe de estado planejado mais pelas forças armadas. Getúlio acabou sendo o beneficiário de um pronunciamento militar, que surgiu apoiado no famoso Plano Cohen, servindo de base ao intenso trabalho conspiratório orientado e dirigido pelo General Góes Monteiro, como deixa claro o livro excelente que Hélio Silva publicou, com a copiosa documentação que lhe confiou o General Mourão Filho.

A marca geral desses governos exercidos ao longo de quase 19 anos — 15 até 1945 e os 3 anos e meio de 1951 a 1954 — foi um profundo sentimento de brasilidade, orientado para a expansão do imenso território nacional. Um governo essencialmente *brasileiro*, como se comprova com o seu interesse pela Amazônia e pela Marcha para Oeste, que Cassiano Ricardo realçou num livro excelente. Podemos até apontar, como testemunho desse sentimento de brasilidade, seu interesse em proporcionar proteção à indústria açucareira, reagindo contra interesses dos latifundiários paulistas, que desejavam açambarcar o mercado do Brasil, com uma produção apoiada na vantagem de sua proximidade dos centros de consumo.

Decerto, a criação da Comissão de Defesa da Produção de Açúcar foi determinada pela preocupação de sustentar os centros produtores do Nordeste, sobretudo Alagoas e Pernambuco, quando Pernambuco era ainda o maior fabricante de açúcar do país. De outro modo, as usinas de São Paulo, mais perto dos centros consumidores do Sul, estariam em condições de superar concorrentes dependentes de fretes marítimos, que pesavam consideravelmente na estrutura do preço da mercadoria. Mas que teria resultado da decadência ou supressão desses produtores nordestinos? O Rio Grande do Sul perderia um excelente mercado para o charque que produzia. São Paulo se defrontaria a uma redução dos compradores de seus artigos manufaturados. Sustentando os produtores nordestinos, a Comissão de Defesa cooperava para a expansão do mercado interno brasileiro, num regime de troca de açúcar pelo charque rio-grandense e pelos produtos manufaturados de São Paulo. O que vale dizer que o que São Paulo viesse a conquistar, na produção de suas usinas de açúcar, acabaria desfalcando a receita de suas indústrias.

O mais grave é que essas indústrias não estavam coordenadas para a defesa de seus interesses, ao passo que os fabricantes de açúcar permaneciam unidos, nos pleitos que faziam chegar aos seus representantes e aos governos do Estado. E tudo isso se tornou mais difícil quando a Comissão de Defesa foi substituída pela criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, incumbido de levar por diante a política iniciada pela Comissão de Defesa. E como o problema essencial era o desajustamento entre a produção e o consumo interno — uma vez que os preços do mercado exterior continuavam desanimadores, por força da crise de depressão que abalava o mundo ocidental — o remédio não podia deixar de ser a limitação da produção, através de cotas fixadas numa base, que levava em conta um quinquênio, que pudesse compensar safras más com o rendimento de safras excelentes.

Era evidente que esse critério iria prejudicar um centro produtor em ascensão, como era o caso de São Paulo. Surgiram algumas reivindicações insistentes, criando poderosos grupos de pressão. Mas há que esclarecer que Getúlio Vargas, primeiro com Leonardo Truda, homem do Rio Grande do Sul que traçara todo o plano de defesa da mercadoria, com a cooperação dos produtores de todas as regiões, e mais tarde com os sucessores do primeiro Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, manteve-se inacessível às reclamações, que não levavam em conta os interesses reais de toda a nação brasileira. Posso dar o meu testemunho pessoal de que ele soube dar apoio integral aos programas do Instituto do Açúcar e à sua política de cotas fixas de produção.

Graças a essa firmeza do Presidente, os centros produtores do Nordeste puderam atravessar a crise de superprodução, enquanto São Paulo e os Estados do Sul encontraram o meio de dar vazão ao seu esforço produtor, desde o instante em que a elevação do consumo permitiu a revisão das cotas, para atender aos fabricantes localizados mais perto dos centros consumidores. Desse modo, a orientação adotada conseguiu que a produção de açúcar passasse de 600 mil a mais de 4 milhões de toneladas, figurando entre os maiores produtores de açúcar de todo o mundo, ao lado de Cuba e da União Soviética. E os benefícios da política do governo não se limitaram aos usineiros, estendendo-se a todos os que intervêm no processo da produção, os fornecedores, os plantadores de Campos, os colonos de São Paulo, através de uma reforma agrária setorial, que é o Estatuto da Lavoura Canavieira, promulgado em 1941, e até agora em vigor. Foi sempre uma preocupação de Getúlio Vargas que a legislação do Instituto abrangesse maior número de beneficiados, e desse interesse posso também dar testemunho pessoal. Como concordou que se instalasse em Pernambuco uma grande destilaria de álcool-anidro, no Município do Cabo. Porque o progresso do álcool-motor já figurava na plataforma do candidato da Aliança Liberal, lido na esplanada do Castelo em 1930. Tinha diversos objetivos, como o de reduzir as nossas necessidades de combustível, para os motores de explosão, dispensando a cota de petróleo importado e que tanto pesava na balança comercial do país. Poderia valer também para concorrer com o equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo, desviando para o álcool a quantidade de cana que já não conviesse destinar à fabricação do açúcar. Como se vê, um plano bem articulado e que foi pena que houvesse sido deixado de lado, desde o momento em que a descoberta do poço de Lobato, no Recôncavo Baiano, veio dar a impressão de que não haveria mais necessidade de recorrer a outro combustível do que a gasolina ou o óleo diesel, a que já estavam adaptados os motores existentes.

A própria política do açúcar encontraria imensas dificuldades, depois que Getúlio Vargas afastado da Presidência, quando os governos de São Paulo não podiam compreender que houvesse limites para a produção de suas usinas, embora esses limites viessem favorecer consumidores de mercadorias de suas indústrias. Também não se poderia pensar na grande expansão de um mercado interno, em nosso imenso território, se não partíssemos da aceitação de uma divisão de trabalho, que permitisse a um Estado produzir o bastante para adquirir as mercadorias das outras unidades federativas. Estados reduzidos à indigência,

ou ao colapso de suas indústrias tradicionais, também seriam afastados da fila dos consumidores dos produtos alheios. Mas era uma época em que ainda se acreditava naquela frase de um cientista baiano, Artur Neiva, de que São Paulo era uma locomotiva puxando 20 vagões vazios. O que estava longe de ser exato mesmo que se reconhecesse em São Paulo as virtudes e os méritos de uma locomotiva. A verdade, porém, como muitas vezes afirmei, é que os 20 vagões não estavam vazios. Bastava um exame sumário para verificar que estavam cheios de produtos fabricados pela indústria paulista. E a política, que levava a reduzir a capacidade de compra dos consumidores, não deixaria de ser uma política suicida, como quem falasse em troca e colocasse do outro lado pessoas que não produzissem nada com que trocar, em função de uma tendência imperialista, que seria o maior inimigo da criação de um mercado interno vigoroso e próspero. Várias vezes encontrei oportunidade de me defrontar com essa mentalidade estreita, e essa visão estrábica. Tive a felicidade de superá-la, com argumentos fundados nos interesses e exigências de uma pátria verdadeiramente grande. O que foi mais fácil com Getúlio Vargas na Presidência da República. Afinal, o que havia é que esses governantes de São Paulo ouviam apenas os usineiros que pleiteavam cotas de produção ilimitadas, sem pensar no conjunto das indústrias paulistas, que já contavam com uma imensa clientela distribuída por todo o território nacional, inclusive nas zonas em que continuava a lutar, em situações cada vez mais difíceis, uma indústria tradicional, valorizada por alguns séculos de resistência e de trabalho. Uma indústria que não se compunha exclusivamente de algumas dezenas de usineiros, pois que abrangia também fornecedores e plantadores de cana, trabalhadores agrícolas que ainda insistiam em não abandonar a região a que estavam radicados pelo nascimento.

Não fosse a ação de Getúlio Vargas e a sua absoluta integração num pensamento e numa orientação nacional, e não sei o que teria sido de uma indústria que começara com os primeiros colonos que chegaram à terra nordestina. Por isso não me pareceu absurdo o dar o seu nome à destilaria que o Instituto do Açúcar construía no Município do Cabo, dentro do programa do álcool-motor, para a fabricação de álcool-anidro, por ser o único que se misturava com a gasolina, para o melhor rendimento dos motores de explosão.

A ENERGIA DE PAULO AFONSO

Não seria essa a única manifestação do governo de Getúlio Vargas em defesa de interesses fundamentais da região nordestina. Gostaria que estivesse presente Apolônio Sales, para contar, em minúcias, o esforço heróico que precisou desenvolver, para alcançar a aprovação do plano para o aproveitamento da energia de São Francisco. Mas, na sua ausência, que tanto deploramos, há que recorrer a Josefine Jucá, e aos 35 anos de história da Chesf, fazendo justiça tanto a Apolônio Sales como a Antônio José Alves de Souza, dois idealistas que se empenharam a fundo, numa realização grandiosa, inspirada numa inacreditável iniciativa de Delmiro Gouveia. Não era fácil a tarefa, com a mobilização dos opositores naturais, que eram os que vinham sustentando os privilégios de duas empresas estrangeiras que detinham quase 90% da energia elétrica produzida no Brasil,

o Grupo Light, e as subsidiárias da Bond and Share. Pois que tinham o topete, através de suas vozes mais autorizadas, de condenar o empreendimento, com o argumento irrisório de que não haveria consumidores para a energia que o São Francisco iria proporcionar ao Nordeste, condenado, na sua grande totalidade, às usinas térmicas, alimentadas com o combustível importado. Até hoje não sei como se pode dar tanto prestígio a indivíduos, que teimam em defender soluções que servem apenas para aumentar a dependência do Brasil, quando sobram, no Brasil, quedas d'água, que dão a impressão de que não fazem outra coisa senão servir de eco ao brado do Ipiranga.

Para efetivar essa conquista, fora no governo de Getúlio Vargas, com Apolônio Sales no Ministério da Agricultura, que se organizou a Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, a nossa conhecida CHESF, que tantos benefícios tem prestado ao Nordeste, libertando-o de concessionárias estrangeiras que já viviam num regime de déficits permanentes, na produção de energia, forçando nossos industriais ao desperdício de pequenas usinas em que se abastecessem as suas fábricas. Seria, sob esse aspecto, a redenção do Nordeste, com a presença de uma empresa formada com capitais nacionais, metade com a subscrição da União, e outra metade dividida entre os Estados interessados e algumas instituições públicas, que não eram senão essas malsinadas autarquias, que acabaram se tornando o bode expiatório para responder pelas culpas e falhas do governo. Na Presidência da empresa, um brasileiro realmente notável, pela força de seu caráter, pelo idealismo e pelo desprendimento com que se votava ao cumprimento de seus deveres, Alves de Sousa. O mercado de consumo reagiu de imediato, numa resposta esmagadora aos que diziam que não haveria compradores para a energia que Paulo Afonso iria produzir. Os 600.000 kw do plano primitivo foram exigindo suplementação imediata, e já andam agora perto de 6 milhões, dez vezes mais do que o plano inicial. Se não resolveu todos os problemas do Nordeste, ao menos lhe trouxe condições para solucionar, de vez, todas as suas necessidades de energia, num auxílio considerável ao desenvolvimento econômico da região.

Exatamente nessa fase, em que havia ainda necessidade de vencer os detratadores do plano da construção de Paulo Afonso, eu era o candidato indicado pelo Partido Social Democrático ao Governo do Estado de Pernambuco, num pleito difícil, em que não contávamos nem com o Interventor nomeado para o Estado, nem com os Prefeitos e os delegados e subdelegados de Polícia por ele nomeados. Justamente nessa hora fomos procurados pelo partido que apoiava a candidatura de Pelópidas Silveira para um entendimento, pois que não disputaria o governo do Estado, se incluíssemos, em nossa chapa de candidatos ao Senado Federal, o nome que ele nos indicaria, por sinal um nome excelente, que só poderia dignificar o partido que o aceitasse. Agamenon Magalhães, presidente do PSD de Pernambuco, dera poderes a mim, e a Etelvino Lins, para que estudássemos a proposta e a resolvéssemos como entendéssemos melhor. Mas já havíamos indicado Apolônio Sales para nosso candidato ao Senado. A votação de Pelópidas Silveira tornaria tranqüila a nossa vitória. Mas decidimos enfrentar os riscos de uma eleição difícil. E a razão é que precisávamos de Apolônio Sales no Senado Federal, para que fosse uma voz invencível, e uma influência

decisiva, no pleito de Paulo Afonso. E a campanha que fiz com ele, por todo o nosso Estado, não tivera outro empenho do que conscientizar todo o nosso povo, quanto ao que podia significar a energia de Paulo Afonso, para o soerguimento de toda uma região, que iria ter, na sua queda d'água, um ponto de partida para qualquer programa de redenção. Muito embora isso me houvesse custado todo um ano de lutas, no Tribunal Eleitoral, para a defesa de um diploma conquistado com uma pequena margem de votos sobre o meu competidor, que era, afinal, meu amigo pessoal, o honrado Neto Campelo. Mas a conclusão das obras do São Francisco nos compensou de todo o esforço, de todo um ano retirado de um mandato de quatro anos, quando começou a proporcionar, ao povo de meu Estado, os benefícios esperados. Porque a presença de Apolônio Sales, no Senado Federal, para continuar a luta pela conquista da energia elétrica da cachoeira de Paulo Afonso, compensava, de sobra, a batalha que precisamos travar para o reconhecimento de um mandato, resultante de uma pequena margem de votos. Seria um sacrifício, mas um sacrifício em benefício do Nordeste, o que vale dizer em benefício de Pernambuco.

Desde que o nosso assunto é ainda Getúlio Vargas, vale a pena recordar que se adotou, na organização da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, um modelo que já havia prevalecido na criação da Companhia Siderúrgica Nacional, isto é, o recurso ao capital doméstico, ao capital de casa, para a instalação das empresas fundamentais, na estruturação da economia brasileira. Detive-me longamente nesse problema, e na ação de Getúlio, num prefácio escrito para o livro *Cenas da Vida Brasileira*, reunindo dez pinturas e 100 litografias do pintor João Câmara Filho, editado pela Prefeitura do Recife, na 'administração' Gustavo Krause, com a presença de seu Secretário do Planejamento, Luís Otávio de Melo Cavalcanti, e a cooperação de Frederico Moraes. Procurava traduzir, nesse estudo, o que me parecia ser a evolução do nacionalismo de Getúlio Vargas, um nacionalismo que começara com as manifestações retóricas de um homem da fronteira, para alcançar, no fim de sua trajetória, a sublimação da Carta Testamento.

O ponto de partida fora realmente a usina de Volta Redonda, com a necessidade de solucionar o problema da utilização do ferro, como uma espécie de patamar, em que assentar o desenvolvimento econômico de todo o país. Depois de realçar as dificuldades que havíamos encontrado, não obstante as imensas jazidas de minério existentes no território brasileiro, continuávamos obrigados a importar produtos elementares, que nos vinham do estrangeiro. observava Getúlio Vargas, acrescentando que "trabalhando com pequenos altos-fornos carvão de madeira, a nossa atual siderurgia, além de ser, naturalmente, reduzida, é antieconômica e nociva. E nociva porque devasta as nossas reservas florestais de madeira de lei, sem nenhuma garantia de que venham a ser substituídas, quando, ao revés, o interesse nacional aconselha a defendê-las e melhorá-las". E antieconômicas pelos preços altos que exigia, dadas as distâncias que ficavam de per meio, entre a produção e o consumo. "A solução do problema está, portanto, concluía Getúlio Vargas, na grande siderurgia — grande para nós, porque não podemos ter, é claro, a grande siderurgia alemã ou norte-americana". Como assinala Osny Soares Pereira, num livro realmente precioso, "a Usina de Volta Re-

donda representa a mais importante marca de nossa industrialização, desde a Independência. A Petrobrás fixará a segunda etapa". (*Ferro e Independência*, 52)

Mas como alcançar essa segunda etapa? Getúlio Vargas voltou a pensar no capital estrangeiro. Não será sempre assim, nos países que não acreditam em si mesmos? Quem sabe se a *United Steel* não viria em socorro do Brasil? Sobretudo depois que ela enviou técnicos ao nosso país, e eles foram unânimes no entender que seria de todo viável um plano, para a construção de uma usina siderúrgica? Não faltaram palavras, insinuações, promessas, para que a *United Steel* viesse em socorro do Brasil. Mas tudo tempo perdido. Não podia convir à siderurgia dos Estados Unidos promover a criação de um novo concorrente, na disputa do comércio internacional. Então Getúlio Vargas procurou contornar as dificuldades. Se a *United Steel* não queria vir, quem sabe se não seria possível conseguir, nos Estados Unidos, um empréstimo suficiente para financiar a construção da usina brasileira? Mas a influência da *United Steel* é muito grande, também nos Estados Unidos. O empréstimo não seria possível. É claro que Getúlio não gostou, mas havia outros meios de agir, e ele teve a coragem de os utilizar. A Segunda Guerra Mundial já havia começado. As Forças Armadas de nosso país não escondiam sua simpatia pela Alemanha de Hitler, pelo menos numa grande parte de sua oficialidade. E como havia uma comemoração de data gloriosa, num dos navios de nossa esquadra, o nosso Presidente não deixou passar a oportunidade, e levou escrito um discurso em que ficava transparente a sua boa vontade, em prol de novos regimes, que soubessem arrear concepções antiquadas, a caminho de um declínio inevitável. Não precisou falar na Alemanha, mas foi o suficiente para que o Presidente Roosevelt decidisse ajudar, energicamente, o empreendimento com que sonhava o Governante brasileiro. Nem se precisava senão do empréstimo, com que adquirir, no estrangeiro, o material que nos faltava. No mais, bastava abrir a subscrição do capital da empresa em nosso país, e contar com os recursos do Governo, que não faltariam para a realização que nos parecia essencial. E aí está a Companhia Siderúrgica de Volta Redonda, em pleno funcionamento, com uma capacidade que vai crescendo com as necessidades do consumo nacional. Vale a pena invocar a opinião de John Wirth, que nos diz que "como programa industrial bem concebido, Volta Redonda exerceu um impacto imediato sobre a economia brasileira. As indústrias de carvão e de transportes foram modernizadas, e novas indústrias estabelecidas no Vale do Paraíba. Tal como planejado, a usina antes estimulou do que prejudicou os produtores de aço já estabelecidos". (*A Política do Desenvolvimento na era de Vargas*, 106). Warren Dean reconhece que, a partir dessa fase, os empréstimos feitos à indústria, como os que se fizeram à agricultura, parece terem sido orientados no sentido de aumentarem a auto-suficiência do Brasil". (*A Industrialização de São Paulo*, 229). O que permitia a Getúlio Vargas proclamar que "a grande tarefa do momento é a mobilização dos capitais nacionais, para que tomem um caráter dinâmico, na conquista da região atrasada. O imperialismo do Brasil, continuava ele, consiste em ampliar suas fronteiras econômicas, e integrar um sistema coerente, em que a circulação da riqueza se faça livre, e rapidamente, baseada em meios de transporte eficientes, para aniquilar as forças desintegradoras da nacionalida-

de". (*A Nova Política do Brasil*, V, 164-166). Que era tudo isso senão arvorar a bandeira nacionalista, a respeito da qual dizia Getúlio que era a bandeira "que venho desfaldando em toda a minha vida pública, e ninguém logrará arrebatá-la de minhas mãos".

E não havia como contestar afirmação tão decidida. Na verdade, com a criação de fundos com que arrecadar uma poupança compulsória, Getúlio Vargas soube fincar, na economia brasileira, marcos definitivos, em Volta Redonda, na Companhia Vale do Rio Doce, no Código de Minas de 1940, na Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco e, mais tarde, na Petrobrás. Sem falar nas mensagens para a criação da Eletrobrás. Por sinal que essas mensagens foram combatidas no Poder Legislativo, por meio de forças que atendiam a comandos provavelmente situados fora de nossas fronteiras, mas contando com prestimosos servidores, que eu sempre preferi denominar, não brasileiros, mas nativos. A mensagem criando o Fundo de Eletrificação foi aprovada sem demora, pois que iria produzir recursos que não faltava quem os quisesse destinar a empresas estrangeiras sediadas no Brasil. A criação da Eletrobrás foi retida intencionalmente, não sei se na Câmara, ou no Senado, mais provavelmente no Senado, e ficou mofando sete anos, até se converter na Lei n. 3.890 A, que foi, afinal, sancionada no governo de Jânio Quadros. E a Empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás — só veio a ser realmente instalada pelo Presidente João Goulart. Nem há necessidade de recordar seus benefícios. Basta dizer que a sua presença afastou do Brasil tanto as subsidiárias da Bond and Share, como a Light, a poderosa Light, em cujos escritórios passavam os caminhos do poder público, na frase tão feliz de mestre João Mangabeira. Pois que seria possível encontrar, dentro deles, de seus escritórios as principais autoridades da República, até mesmo ex-Presidentes, descendentes de Presidentes, uma fauna imensa de gente muito bem apessoada e distinta. Alzira Vargas nos relata que também ela foi convidada para advogado da Light, quando acabava de se formar, e teve o bom senso de recusar, o que poucos fizeram, na longa permanência da empresa canadense em território brasileiro.

A Petrobrás, como sabemos, é a maior empresa da América Latina e uma das mais importantes do mundo. Não lhe faltam detratores e, sobretudo, pretendentes ao que se denomina privatização de empresas públicas. E confesso que até hoje não consegui entender a campanha que se faz teimosamente contra as estatais. Quando se trata de empreendimentos que exigem grandes capitais, só há possibilidade para duas soluções: ou com o Estado, ou com as multinacionais estrangeiras. Que nome devemos dar aos que optam pelas multinacionais estrangeiras? Discute-se muito se Getúlio Vargas foi, ou não, favorável ao monopólio estatal da exploração do petróleo. Decerto que o projeto, que ele enviou ao Congresso, em dezembro de 1951, não chegava ao monopólio, não obstante preparado por dois técnicos acima de qualquer suspeita, como eram Jesus Soares Pereira e Rômulo de Almeida. Também acredito que Getúlio, pessoalmente, não ocultava sua preferência pelo monopólio. Como, pois, entender o projeto que enviou ao Congresso?

A resposta não seria difícil, embora não esteja apoiada em algumas deduções. Não tenho dúvida que se ele houvesse defendido a tese do monopólio, os

partidos de oposição, sobretudo a UDN, que não o poupava, quebrariam lanças contra o monopólio. Excelente político, Getúlio sabia que a linha reta nem sempre é o caminho mais curto entre dois pontos. Muitas vezes, convém optar pelas linhas sinuosas, preferindo atalhos que possam conduzir aos fins desejados. Como a causa do monopólio era imensamente popular, depois da campanha do *Petróleo é nosso!*, o projeto apresentado abria margem para que a oposição procurasse aproximar-se das tendências populares. Daí o substitutivo Bilac Pinto. Mas antes dele, Euzébio Rocha já havia apresentado outro substitutivo, adotando também a tese do monopólio, e merecera a aprovação do próprio Getúlio Vargas. Por que negar a Getúlio Vargas a preferência pelo monopólio, que ele sempre propagara, e admiti-la na UDN, que nunca a defendera?

E que estava certa a idéia do monopólio, é o que se pode concluir dos 30 anos decorridos desde a sua implantação. Basta considerar que os contratos de risco até agora não conseguiram encontrar uma gota de petróleo, e acabou também num imenso desastre a aventura da Paulipetro. Na defesa de teses nacionalistas, Getúlio sempre esteve atento e vigilante. Pode-se dizer que viveu, e morreu, por um Brasil grande, um Brasil confiante nas suas forças, um Brasil de olhos fitos no futuro.

O POLÍTICO GETÚLIO VARGAS

Não posso terminar sem me deter no Getúlio Vargas político. Ao longo de minha vida encontrei muita gente fazendo política, mas quase todos me davam a impressão de diletantes. Suponho que só tem direito a essa classificação quem dedica, à política, todas as vinte e quatro horas de cada dia. E que, se vier a sonhar, será sempre sobre os temas que o fascinam. E que sabe colocar, acima de todos os sentimentos, o êxito de sua carreira. Não há pai, filho, esposa, amigo que o detenha. E que até foge de aventuras femininas, pelos feitiços que elas destilam. E Getúlio era assim, e nem sei explicar os motivos que o arrastavam, pois que não sentia a vaidade dos cargos que exercia, nem gostava do fausto, da ostentação, dos prazeres do luxo. Era sóbrio por natureza. Não sei qual a força que o arrastava para o poder. Creio antes num instinto, a que não sabia resistir. Pois que não queria saber de jóias, de riquezas, de bordados, de galões, de comendas e medalhas. Acredito que os aplausos o deixavam indiferente. Os adulares não chegavam a ser ouvidos. Qual a força que o levou a demorar tanto tempo no poder? Quando muitos até se alegram com o término de seu governo, pensando nas responsabilidades de que se libertaram.

Testemunha de fatos que acompanhei de perto, não acuso Getúlio Vargas de haver promovido o Estado Novo. Creio que ele foi antes o beneficiário de conspirações que outros promoviam. Mas Getúlio estava a par de tudo, e não fez nada para acabar com as conspirações. Permitiu que elas marchassem, facilitando até o jogo de forças contrárias, que soube estimular com inteligência e excepcional habilidade. O Plano Cohen não foi idéia dele, mas não contrariou os que o aproveitaram como argumento de intimidação. Talvez não fosse ele o criador de fantasmas, mas permitia que eles transitassem livremente, com um

salvo-conduto especial. Limitava-se a sorrir e abrir a porteira para o seu aprisco, em que todos poderiam encontrar segurança e tranqüilidade. Tinha, para tudo isso, excelentes colaboradores, contando também com a discrição que afugentava palavras imprudentes, com que incompatibilidades se aprofundam, afastando amigos, e multiplicando inimizades irredutíveis. Não ignorava que o Estado Novo seria um período de transição, uma espécie de proteção contra a tempestade que iria desabar, num confronto inevitável. Esse é outro enigma. Se se deixasse levar pelas suas preferências pessoais, talvez optasse pela vida campestre, com uma cuia do chimarrão, numa casa humilde, como a em que residiu, no momento em que o foram buscar para a campanha eleitoral, em que venceu, sozinho, partidos arregimentados, e que pareciam donos do eleitorado.

Tinha-se a impressão de que, diante dele, os homens viravam bonecos, para que ele os manejassem como num teatro de marionetes. Mas aí estava o seu grande segredo, o de ocultar os cordéis com que movia os bonecos. O que nos levaria a pensar que estávamos diante de um mágico, ou de um feiticeiro. Talvez que a sua maior força fosse a tolerância, ou talvez a incapacidade de odiar a quem quer que fosse. Veja-se, por exemplo, o episódio da revolução paulista de 1932, que não tinha outro propósito do que afastá-lo do poder. Vencido o movimento, a anistia veio fácil e espontânea, dois anos depois. Nem se criava qualquer obstáculo, quando a Assembléia Constituinte de São Paulo elegia Armando Sales para o governo do Estado, tendo sido ele um dos mais influentes revolucionários de 1932.

O autodomínio de Getúlio Vargas podia dar a impressão de indiferença ou de frieza, pois que não havia, mesmo na roda de sua intimidade, quem lhe percebesse os sentimentos. Não gesticulava. Não tinha explosões verbais. Possuía couraças contra os ataques mais veementes. Certa vez, em seu Município de São Borja, injuriado rudemente por um adversário, que não poupava doestos, Getúlio Vargas se limitava a responder com uma frase realmente lapidar, dizendo que só o ofendia quem recebesse, dele, o direito ou a faculdade de ofendê-lo. O que dava também a medida exata de seu desprezo, ou de seu desdém.

Por isso causou tanta surpresa o ato final de sua existência, com aquele suicídio que ninguém acreditava que fosse possível, numa natureza tão fechada, e que havia atravessado toda a vida sem uma demonstração de fraqueza, impenetrável e ao mesmo tempo impassível. O suicídio veio como um complemento de uma personalidade que amava o poder pelo que ele significava, pelo que ele traduzia em força e superioridade. Nunca se deixaria humilhar o poder que ele encarnava.

A mim, fascinado pela sua psicologia, o gesto me pareceu natural. Era a nota de sinceridade que até então lhe havia faltado, para o confronto com os heróis de Carlyle. E era, ao mesmo tempo, uma decisão política, com que ele oferecia a própria vida para salvar o programa que defendia, as idéias que vinha pregando. O certo é que, de um momento para o outro, os ódios desatados contra ele se encolheram. Os impropérios se calaram. As fúrias correram espavoridas. A revolta se transformava em apoteose. Todas as cabeças se curvavam, reverentes, diante daquele esquife que o próprio povo fazia questão de conduzir. Aquele tiro no coração restituía o respeito de que ele nunca abdicara. E o seu epitáfio

não precisou do mármore de um túmulo distante, pois que se gravou no coração do povo brasileiro. Não querem que o trabalhador seja livre? Pois ele se sacrificou para que fosse conquistada essa liberdade. Não querem que o povo seja independente? Pois ele morreu para que fosse possível essa independência.

E se estou aqui, para um depoimento arrancado do fundo de minha alma, e vejo o meu país sofrendo talvez a maior crise de toda a sua história, não sei concluir senão dizendo que, infelizmente, não merecemos, sim, não merecemos o sacrifício de Getúlio Vargas.

